

**ESCOLA PARA PAIS: UM POSSÍVEL RESGATE DA
FAMÍLIA**

Aluna: Iara Jane Nunes Neves

Orientadora: Ana Paula de Castro

Curitiba, fevereiro de 2010.

ESCOLA PARA PAIS: UM POSSÍVEL RESGATE DA FAMÍLIA

Iara Jane Nunes Neves¹

RESUMO

A idéia de desenvolver este trabalho surgiu através da necessidade de se confirmar a importância papel da família na formação do sujeito e sua parceria com a escola para que haja um desempenho escolar satisfatório e se efetive a aprendizagem. Escola e família constituem dois contextos de desenvolvimento fundamentais para a trajetória de vida das pessoas e nesse artigo, serão colocadas as contribuições da família, que interferem direta ou indiretamente, na aprendizagem do educando. Mesmo apreendendo as mudanças ocorridas na estrutura familiar, esta é a única instituição naturalmente capacitada para missão e responsabilidade no desenvolvimento emocional, afetivo, intelectual e social do indivíduo sob sua guarda, mediante o resgate do valor insofismável dos pais e, ou responsáveis nesse processo. Finalizando o estudo será apresentada a proposta de se criar um espaço sócio-pedagógico, na escola, para rodas de leitura, discussão, reflexão, troca de experiências e capacitação dos pais, visando auxiliá-los no enfrentamento das dificuldades que se apresentam nas relações familiares e nos reflexos dessa situação na escola.

Palavras-chaves: Família, Formação, Educação.

¹ Trabalho apresentado pela acadêmica de pós-graduação *lato sensu* Escola de Gestores, ofertado pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da Professora Mestre Ana Paula Pádua Pires de Castro – 2010.

1 INTRODUÇÃO

Antes do nascimento, o indivíduo já ocupa um lugar na família. Este é o primeiro espaço do sujeito, onde cada indivíduo se insere. Meio onde se aprende a viver, ser e estar, e onde se começa o processo de transmissão e assimilação de costumes, tradições e dos valores sociais, essenciais para a estruturação psíquica desde os primeiros momentos de vida. É neste ambiente que o indivíduo aprende a respeitar ou outros e a colaborar com eles.

Vive-se um momento de individualização e uma necessidade de materialidade e de aquisição de produtos que perpassam pela deturpação dos valores em valorizar o consumo e considerar tudo que é material, como descartável e de vida útil curta.

Essa característica somada às mudanças na estruturação familiar, em superação ao modelo tradicional que comportava pai e mãe como únicos responsáveis pelas crianças e adolescentes, originaram também mudanças no atendimento, orientação e educação dessas crianças e adolescentes.

A dificuldade da família em assumir seu papel como instituição formadora de valores, sendo local primeiro de aprendizagem, será tratado no decorrer desse estudo, pois compreende-se que a linguagem, o pensamento, o desenvolvimento das funções cognitivas, motoras e sociais ocorrem inicialmente no meio familiar onde a criança se encontra.

A instituição familiar merece um olhar especial para que sua dinâmica social formadora não se perca, considerando que possíveis habilidades ou dificuldades do sujeito dependam em grande parte das relações estabelecidas durante a infância e adolescência com a família.

A certeza é de que cada instituição deve assumir o seu papel; o da escola de passar o conhecimento sistematizado, ciência e linguagem; o da família de educar para formação de atitudes e valores. Ambas se entrelaçam na socialização do sujeito, permitindo (ou não) a formação do ser humano educado.

Após anos no dia-a-dia do chão da escola, trabalhando em busca dos ideais de uma educação transformadora, de uma gestão democrática e participativa, lutando para reverter os baixos índices de aproveitamento escolar, evasão e reprovação, recorrendo a todas as alternativas pedagógicas possíveis,

percebeu-se que as famílias dos alunos atendidos na escola, precisam reaprender a relacionar-se com os filhos e, ou as crianças e adolescentes pelos quais são responsáveis.

Foi observado pela prática e trabalho na escola que pais e, ou responsáveis pelo núcleo familiar, que são agressivos e abusivos, que tendem a humilhar os filhos com castigos, gritos, críticas e agressões, podem ter filhos agressivos.

Num círculo vicioso, também foi verificado que essas crianças e adolescentes revelam sua agressividade, na escola, quando mostram todo o sentimento de revolta e ressentimento com as atitudes e tratamento recebidos em casa.

O que se atesta, no cotidiano escolar, que essas crianças e adolescentes são indisciplinadas, não se comprometem com o ensino e procuram irritar ou chamar atenção dos professores, com atitudes evitadas de raiva, agressividade, medo, timidez excessiva, ansiedade e insegurança reveladas pela baixa auto-estima.

Diante dessa realidade que se propõe esse estudo, para aplicação na escola, nos moldes da gestão democrática e participativa, focando a atuação da família como parceira no alcance das metas implantadas na educação e sucesso dos jovens, atendidos pela instituição.

Busca-se ainda como objetivo, que esse trabalho auxilie na superação das dificuldades apresentadas pelos pais e, ou responsáveis em desempenhar seu papel, que muitas vezes ocorre por comodismo, ignorância, indiferença, incapacidade ou medo de assumir a responsabilidade formativa de seus filhos ou crianças e adolescentes por esses assistidos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A FAMÍLIA E O COMPORTAMENTO SOCIAL

A família tem sido estudada por vários autores que analisam como o funcionamento familiar pode interferir na formação dos sujeitos no que se refere àqueles que na fase adulta apresentam-se adaptados socialmente ou que manifestam comportamentos anti-sociais.

Conforme *Carvalho* (2003, p.30), a família representa “a condição e o meio de tornar as crianças e adolescentes socializados, sendo através de suas interações que se estabelecem os critérios aos quais devem se ajustar”, bem como as formas socialmente aceitas de comportamento.

Segundo *Carvalho* (2003, *apud* *Carpio et al.*, 1995) é na família que se constroem os critérios comportamentais de ajustamento, afetividade, pertinência e coerência, sendo importante salientar que o papel dos vários membros que convivem com as crianças e adolescentes, é de contribuir para que tais critérios comportamentais se desenvolvam.

Na questão direta do comportamento anti-social, a autora (*ibidem*, *apud* *Simons et al.*, 2001) afirma que crianças rebeldes e agressivas são pré-disponentes à delinquência na adolescência porque ficam expostas a ambientes que se tornam ineficazes nas práticas educativas e formativas parentais.

Ainda sobre os autores citados acima por *Carvalho* (2003, *apud* *Simons et al.*, 2001, p. 31), a ineficácia parental é resultante de dois fatores:

O primeiro deles seria a semelhança de temperamento, personalidade e habilidades cognitivas entre pais e filhos; o segundo aspecto refere-se ao fato da relação entre pais e filhos ser um processo recíproco. Portanto não são somente as dificuldades parentais que aumentam a probabilidade de problemas de conduta da criança, mas crianças difíceis também conduzem a redução de esforços parentais com relação à monitoria e disciplina e, a estabilidade desta configuração frequentemente leva a criança a tornar-se um adolescente anti-social.

Muitos estudos apontam a diversidade de fatores que predispõe ao comportamento anti-social, pois não somente a exposição constante a modelos agressivos em família conduz a permanência e representação dessa atitude na infância e na adolescência.

Carvalho (2003, *apud* *Eron*, 1997) demonstra em sua pesquisa sobre a Teoria da Aprendizagem Social que a exposição a modelos de agressão ocorridos sob a forma de correção, punição e controle sobre comportamentos indesejáveis, não inibem o aparecimento posterior da agressividade na criança, pois sua conduta pode espelhar-se na interpretação que fez ao receber os castigos que lhe foram atribuídos.

Para se chegar a uma compreensão do cerne da agressividade, indisciplina dificuldades afetivas identificadas pela escola no comportamento das crianças e adolescentes, os estudos tratados pela autora trazem ainda uma definição de como se podem caracterizar as práticas educativas familiares e os estilos parentais.

Assim sendo, os pais foram estudados em situações relacionadas a hierarquia, disciplina, controle de comportamento e tomada de decisões. As variáveis de responsividade e exigência conduziram a quatro estilos parentais.

Dessa forma, Carvalho (2003, *apud* Lamborn *et al.*, 1991) diz que pais com alto índice de responsividade e exigência são denominados autoritativos; os pais com baixo índice nas duas variáveis são considerados negligentes, pais com alta exigência e pouca responsividade seriam autoritários e, por fim pais com índice elevado de responsividade e baixa exigência são identificados como indulgentes.

Especificando o estudo tratado acima, os pais negligentes seriam aqueles cuja atenção se volta muito mais para suas próprias necessidades do que as da criança, deixando-a vulnerável e sem modelo de regras e normas.

Os pais indulgentes têm aproximação afetiva com seus filhos, mas sem exercício de autoridade, permitindo que a criança tenha atitudes segundo seus próprios parâmetros como se essa pudesse apresentar condições para tal independência.

Pais autoritários apresentam padrões de normas de conduta rigidamente estabelecidos e exigem dos filhos obediência incondicional e respeito à autoridade parental, sem haver vínculo afetivo com o filho ou explicações que justifiquem e orientem o motivo pelo qual se deve de tal maneira.

Por fim, este estudo mostra que os pais autoritativos apresentam os padrões esperados na prática parental mantendo o vínculo afetivo com seus filhos, pois estabelecem regras e fazem com que sejam cumpridas, mediante o diálogo e a supervisão da conduta dos filhos em respeito à autonomia destes, com práticas disciplinares não punitivas quando as regras não são obedecidas.

2.2 O PAPEL DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO

A família, presente em todas as sociedades, é um dos primeiros ambientes de socialização do indivíduo, atuando como mediadora principal dos padrões, modelos e influências culturais.

A família é também considerada a primeira instituição social que, em conjunto com outras, busca assegurar a continuidade e o bem estar dos seus membros e da coletividade, incluindo a proteção e o bem estar da criança. (Kaloustian, 1988).

O autor ainda reforça que ela tem, portanto, um impacto significativo e uma forte influência no comportamento dos indivíduos, especialmente das crianças, que aprendem as diferentes formas de existir, de ver o mundo e construir as suas relações sociais.

A família deve ser o espaço indispensável para garantir a sobrevivência e a proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como se vêm estruturando (Kaloustian, 1988).

Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, e é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, aprofundando os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais.

É a instituição mais privilegiada da educação, pois é no seu meio natural que o homem nasce e existe e onde se desperta como pessoa. A família modela e programa o comportamento e o sentido de identidade da criança, visto por essa como um grupo significativo de pessoas, de apoio, para se sentir segura e protegida, recebendo os cuidados essenciais que possibilitem seu crescimento e desenvolvimento. (ibidem, 1988)

Hoje em dia, existem muitos tipos de famílias, mas nem por isso se desviou os deveres que a família tem em relação à educação, provimento do sustento, condições de vida dignas e de respeito.

Todavia, os pais passam o tempo todo trabalhando e quando chegam em casa, estão cansados demais para orientar os filhos em suas dúvidas, transmitir-lhes noções de respeito, educação, cidadania ou saber como estão indo seus estudos.

Muitas vezes, como formas de compensação por suas ausências evitam perceber os deslizes dos filhos, compram presentes, proporcionam Internet livre, passeios, cinemas, e os valores morais e humanos são deixados somente para a instituição escolar resgatar.

Os profissionais da educação não podem substituir os pais na construção e na manutenção dos saberes da primeira educação.

Percebe-se que à escola coube assumir mais um papel, o de transmitir a formação familiar, e esta, por sua vez, tem enfrentado inúmeros problemas, até então de responsabilização por parte da família, e vem fracassando demasiadamente em relação à sua proposta educacional e missão de ensinar

A família não é somente o berço da cultura e a base da sociedade futura, mas é também o centro da vida social. (Gokhale, 1980). A educação bem sucedida da criança na família é que vai servir de apoio à sua criatividade e ao seu comportamento produtivo na fase adulta. A família tem sido, é e será a influência mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter das pessoas. (ibidem, 1980).

A criança traz para o ambiente escolar toda a carga afetiva de seu desenvolvimento com familiares; os problemas emocionais surgem nos contatos que se estabelecem.

Estudos propostos por Celidonio (1998) destacam a importância do mundo criado em torno da criança, pela família, para um desenvolvimento sadio e pleno. O autor ainda constata que as tensões acumuladas na dinâmica das relações familiares certamente surgirão na escola, sob a forma de um problema de adaptação e ou aprendizagem.

Szymanski (2003) auxilia no fechamento discursivo desse item ao afirmar que família e escola têm em comum o fato de prepararem os jovens para sua inserção futura na sociedade e para o desempenho de funções que possibilitem a continuidade da vida social, desempenhando papel importante na formação do indivíduo e do futuro cidadão.

2.3 QUE FAMÍLIA É ESSA?

Hoje é possível observar na realidade brasileira o aumento do número de uniões consensuais, de famílias chefiadas por mulheres (ou mono parentais) e de famílias reconstituídas, ou seja, originadas a partir de novas uniões de um ou dos cônjuges que se separam (Torres, 2000 *apud* Pratta & Santos, 2007)

Atualmente, esses novos modelos de núcleos familiares estão presentes no cotidiano escolar, sendo verificado o aumento do número de pais e mães solteiros e/ou separados, casais morando sob o mesmo teto sem a oficialização do casamento, adoções individuais e famílias homossexuais, com reflexos na estrutura e no modelo de família até então considerado na sociedade como “normal”.

Outras mudanças sociais também desencadearam uma reestruturação familiar, por conta da alteração dos papéis desempenhados pelos indivíduos na sociedade. Exemplos desta colocação foram a inserção da mulher no mercado de trabalho e o desempenho, pelo homem, de atividades que eram prioritárias da mulher.

Essas inovações e reformulações do modelo familiar anterior e tradicional, demonstram que a família passou, e continua passando, por vigorosas mudanças em sua organização, seja em termos de composição ou em relação às formas de sociabilidade que vigoram em seu interior. (Pratta & Santos, 2007)

Por esse motivo, estudar a família é algo complexo, pois não só envolve valores e atitudes, como também um modelo normativo construído por cada indivíduo. Este modelo elaborado pelo homem é histórico e preso às perspectivas diferentes das classes sociais. (Mello, 2005).

Ainda de acordo com Mello (2005), a família recebe a influência do tempo presente, sendo marcada pelas transformações sociais, econômicas e políticas. É na convivência familiar que valores, atitudes e concepções são construídos.

Em face disso, pode-se dizer que a família reflete a cultura na qual está inserida, não podendo ser apontada como uma entidade isolada, assim como a escola também reflete as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, e no campo social, político e econômico atual.



A organização das relações estruturais é variável em famílias de diferentes segmentos sociais. Para Wagner et al. (1999), os aspectos relacionados ao bem-estar psicológico da criança sofrem invariavelmente, e de forma preponderante, influências das diversas situações que o indivíduo vivencia em sua família.

O ente humano necessita, durante sua infância, de quem o crie e eduque, ampare e defenda, guarde e cuide dos seus interesses, em suma, tenha a regência de sua pessoa e seus bens. As pessoas naturalmente indicadas para o exercício dessa missão são os pais. A eles confere a lei, em princípio, esse ministério, organizando-o no instituto do poder familiar (Gonçalves, 2008).

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) afirma que toda criança tem direito à vida familiar e define a família de um modo bastante amplo. A família, mais do que uma instituição legal e jurídica, é um direito subjetivo de encontrar acolhimento para as dificuldades, as dúvidas, as inseguranças que a vida vai fazendo aparecer aos que crescem. (Mello, 1999).

No contexto brasileiro, marcado pela extrema desigualdade social, as famílias têm encontrado dificuldades para cumprir estas tarefas básicas aos seus membros, em decorrência das situações de vulnerabilidade nas quais se encontram (Gomes & Pereira, 2006 *apud* Gontijo & Medeiros, 2006).

Com esse perfil torna-se difícil imaginar que os alunos encontrem em seu ambiente familiar uma extensão do ambiente da escola, bem como o suporte que a criança, em cada estágio de desenvolvimento, necessita para cumprir com as obrigações naturais de um estudante.

Nesse processo, identifica-se desde a linguagem precária utilizada pelos pais, até a carência de material didático em casa, que permitam às crianças concretizarem hábitos de estudos e leitura, imprescindíveis para o progresso do aluno.

Apesar de certo distanciamento existente entre as duas instituições sociais de educação – família e escola –, os estudos mostram que muitos foram os esforços explorados em diferentes programas que buscavam estabelecer laços entre a escola e a família. (Lacasa, 2004)

O que não pode ocorrer é a escola assumir o papel social de educação moral dos filhos. Tiba (2002, p.180) comenta este fato quando diz perceber que “[...] as crianças têm dificuldade de estabelecer limites claros entre a família e

a escola, principalmente quando os próprios pais delegam à escola a educação dos filhos [...]”.

Assim sendo, retomando Lacasa (2004), o autor comenta que faltam pesquisas que indiquem como famílias e escolas possam convergir ou não em favorecer a aquisição de determinados valores e atitudes socialmente aceitáveis; também continua aberta a questão de como as famílias podem estar presentes na escola, colaborando no processo educativo.

Diante disso, na ausência de uma proposta eficaz de aproximação entre família e escola, somada à inexistência de política social voltada para o bem estar das classes menos abastadas, que A Escola para Pais possa introduzir uma aproximação da família no cotidiano escolar.

Mesmo diante de salas abarrotadas de crianças, num estágio primário de maturidade, a maioria sem os cuidados básicos de higiene, saúde e alimentação, com graves problemas de déficit de aprendizagem e sem condições de acompanhar os conteúdos da série em que se encontram, pequenas ações e projetos educacionais podem representar os esforços isolados que permitam maior qualidade na educação e dignidade para todos.

2.4 ESCOLA PARA PAIS: O RESGATE DO PAPEL DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO

A escola onde se pretende aplicar a proposta da Escola para Pais, se insere numa comunidade repleta de carências, apresentando reflexos negativos sob o desenvolvimento dos alunos atendidos. Mesmo assim, após a implantação de medidas pedagógicas, elencadas como: projetos esportivos, recreativos, artísticos, de pesquisa e culturais, reforço, orientação pedagógica, atendimento para sanar dúvidas específicas desenvolvidos no contra-turno para proporcionar ao aluno um contato maior com o ambiente escolar, houve uma relevante melhora nos resultados, levando à busca pela continuidade do trabalho pedagógico até então desenvolvido, visando o resgate da instituição familiar.

Percebeu-se claramente, no contato diário com a comunidade escolar, há pelo menos doze anos, a falta do convívio familiar, o diálogo, o companheirismo,

a proximidade, a intimidade, a rotina da união, do sentir-se importante para outrem, da confiança e da cumplicidade.

Dar o devido suporte para que o aluno consiga evoluir dentro do sistema escolar independe de classe social, nível de escolaridade e tempo; são ações rotineiras de cuidados com as atividades escolares, do diálogo diário, dos olhares, questionamentos, cobranças sutis, abordagens efetivas, visitas pessoais à escola, monitoramento de avaliações, comentários construtivos e elogios.

Durante o curso Escola de Gestores, ficou comprovado que um dos entraves para uma gestão democrática é a falta da participação da família na escola, haja vista a falta de conhecimento, de alguns pais, da série, horário que o filho (a) frequenta a escola, até mesmo do nome completo dos membros da prole, quiçá, a proposta pedagógica, corpo docente, uso de recursos, etc. Outros, ainda, acreditam que participar da vida escolar é só comparecer às reuniões de pais e mestres, sem se manifestar contra ou a favor das decisões.

Diminuir o fosso que separa a família da escola, torna-se primordial para que haja avanços nas metas em se oferecer uma educação de qualidade. Além de a escola manter uma comunicação direta e imediata, via agenda escolar, bilhetes, telefone e pessoal com os pais e, ou responsáveis pelos alunos, decidiu-se em desenvolver um espaço e momento para a retomada do papel da família na educação dos filhos: A Escola para Pais.

A Escola para Pais justifica-se ainda pela necessidade de uma união de forças para o enfrentamento dos problemas do cotidiano escolar, gerando uma extensão das duas entidades, dentro de um currículo que desperte e, ou recrie as emoções que permeiam as relações humanas, direcionando, enfocando o relacionamento entre pais e filhos, haja vista o embrutecimento dos homens pelas características da sociedade atual.

A Escola para Pais não pretende ensinar como educar, ou montar um tribunal para julgar os atos dos pais, mas levantar discussões sobre a conduta da família diante das situações que se apresentam no cotidiano.

Trabalhando de forma a minimizar a diversidade cultural, a baixa escolaridade dos adultos componentes da comunidade, a faixa etária acima da média dos pais, a resistência a novas propostas de trabalho, o receio em se expor, em mostrar fragilidade, em assumir as falhas na educação dos filhos.

A proposta vem ao encontro do Projeto do Círculo da Leitura, da Secretaria da Educação do Estado do Paraná, lançado recentemente, com o objetivo de atingir os jovens e adultos, que participam das modalidades específicas de ensino da rede pública estadual, especificamente a EJA, Educação de Jovens e Adultos e os remanescentes do Paraná Alfabetizado, para que possam dar continuidade às atividades de leitura iniciadas dentro das salas de aula, direcionando e facilitando-lhes o acesso ao mundo letrado.

Ao idealizar-se a Escola para Pais, pensou-se em conciliar as necessidades aparentes de se criar o hábito da leitura, com o baixo índice de leitores na comunidade e a carência de informações na área educacional.

A demanda de participantes das modalidades de ensino citadas no parágrafo anterior é representada pelos membros da comunidade e muitos com filhos na escola. Ao envolver os pais em atividades pedagógicas de leitura, espera-se atingir, (in) diretamente, todos os membros do grupo familiar.

Almeja-se a implantação, ousada, de uma Escola que não se caracterize pelo formato já tão difundido, de um lugar onde se vai buscar o conhecimento, mas sim de um espaço de troca de saberes, de ampliação da visão de mundo, de contribuição, de abertura, de contemplação, de (auto) descobertas, de buscar, de despertar, de discutir, de refletir e de transformar.

Para tanto serão difundidas atividades inerentes a um círculo de leituras, explorando os mais diversos gêneros textuais, enfocando os temas relacionados aos objetivos do resgate do papel da família, frente aos desafios na educação dos filhos, mesclando-se com práticas esportivas, artísticas, palestras, filmes e promovendo momentos de dinâmicas que envolvam os filhos.

Tem-se a consciência da tarefa árdua que acarreta a implantação dessas ações, tendo em contrapartida a certeza do engajamento dos pais realmente interessados. São esses que estão sempre aptos a participar e contribuir com a escola, mesmo sendo uma minoria, mas que representam certo chamariz a toda comunidade. Pode-se contar com um efetivo trabalho de divulgação e o empenho de toda a equipe pedagógica em recepcionar e atender todos os interessados.

A Escola para Pais pode contar com algumas parcerias com os órgãos municipais, como o Centro Regional de Assistência Social – CRAS, que faz o atendimento dos casos encaminhados pela escola e dá assessoria no

planejamento dos encontros e orientação para a seleção dos materiais a serem utilizados.

3. CONCLUSÃO

Estamos diante de uma crise na instituição familiar que atinge toda a sociedade, direta ou indiretamente, tendo como ponto de partida a formação do cidadão, que perpassa por todos os estágios evolutivos do ser humano, desde a concepção propriamente dita, até a maturação do homem.

Constatou-se que a família exerce papel fundamental na vida das crianças e na preparação destas para o enfrentamento das várias situações futuras relacionadas ao trabalho e à vida social.

É a partir do âmbito familiar que o indivíduo inicia sua socialização e através das práticas educativas familiares e na interação entre pais e filhos, que se estabelece a aprendizagem dos padrões comportamentais que permitirão a inserção e manutenção do sujeito na sociedade, além de facilitar a aprendizagem propriamente dita dos conteúdos escolares.

Evidenciou-se que mesmo mudando a estrutura, os deveres familiares para com a educação não podem ser delegados a escola, pois cabe à família cumprir com sua missão.

Pode-se dizer que muitas mazelas da sociedade, atualmente identificadas pela violência, competitividade acirrada, falta de ética social e respeito humano, degradação ambiental, violação às regras, normas e leis e individualização, são conseqüências da falta de um meio familiar condizente com as necessidades do indivíduo em formação.

Tanto a família como a escola são vistas como instituições marcantes, com peculiaridades distintas na sociedade. O elo de semelhança entre elas é que as duas não são estáticas e definidas, ou seja, são instituições que evoluem e se transformam de acordo com as conjunturas socioeconômicas e culturais.

Com essas mudanças, na escola se discute que a educação de qualidade advém, além de outras medidas e iniciativas, de uma gestão escolar aplicada de forma democrática e participativa e efetivada com o envolvimento da família na escola.

À frente da administração escolar e no contato diário com a comunidade escolar, testemunham-se pais desesperados, desorientados que estão perdendo os filhos para o mundo paralelo das drogas, da violência, das transgressões. São pessoas impotentes, que assistem a tudo passivamente, repetindo as mesmas palavras e atitudes, estão perdidas, desamparadas, que não sabem o que fazer.

Independente dos motivos, a escola convive com o abandono de crianças e adolescentes, no momento em que mais precisam da família; são jovens crescendo sem modelos para seguir, sem orientação, sem objetivos, planos, simplesmente sobrevivendo, indefesos, amadurecendo precocemente, exposto a toda sorte de perigos.

Urge uma tomada de decisão, para o enfrentamento que se faz necessário e tem-se na escola uma equipe comprometida com a proposta pedagógica e com um trabalho que prima pela excelência.

Os profissionais da educação têm disposição para os desafios que o trabalho docente (missão divina) impõem. Em todos os setores conta-se com pessoas preocupadas em ir além de suas funções, com um olhar sempre abrangente, visando o bem estar dos alunos.

Finalmente, a proposta da Escola para Pais busca dar aos familiares os subsídios necessários para que possam ter um maior alcance de seus atos, na educação dos filhos.

Além do crescimento pessoal, as atividades permitirão a participação dos pais e responsáveis, com o simples compromisso de compartilhar experiências, de oferecer um espaço de ser ouvido, de ter vez e voz, de ter a certeza de estar em busca de caminhos para proporcionar aos filhos e alunos uma chance de mudar os rumos da vida.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, M. C. N. de. **Efeito das Práticas Educativas Parentais sobre o Comportamento Infrator de Adolescentes**. Curitiba, 2003. Tese (Doutorado em Educação). Setor de Educação. Universidade Federal do Paraná

CELIDÔNIO, R. F. **Trilogia inevitável: família - aprendizagem – escola.** In: Revista. *Psicopedagogia*. Vol. 17, São Paulo, Salesianas 1998

GOKHALE, S.D. **A Família Desaparecerá?** In: Revista Debates Sociais nº 30, ano XVI. Rio de Janeiro, CBSSIS, 1980.

KALOUSTIAN, S. M. (org.) **Família Brasileira, a Base de Tudo.** São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1988.

MELLO, S.L. **Estatuto da criança e do adolescente: é possível torná-lo uma realidade psicológica?** Psicologia USP vol.10 n.2 São Paulo, 1999.

MELLO, S. L. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, M. C. B. **A família contemporânea em debate.** 6. ed. São Paulo, SP: Educ/Cortez, 2005.

OLIVEIRA, M.K.de. **Letramento, cultura e modalidades de pensamento.** In: KLEIMAN, A.B. (org.) *Os significados do letramento.* Campinas: Mercado das Letras, 2001a. p.147-160

PEREIRA, P.A. **Desafios Contemporâneos para a Sociedade e a Família.** In Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 48, Ano XVI. São Paulo, Cortez, 1995.

PRATTA, E.M.M; SANTOS, M.A. **Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros.** Psicologia e Estudos v.12 n.2 Maringá maio/ago. 2007.

SZYMANSKI, H. **A relação escola/família: desafios e perspectivas.** Brasília, DF: Plano Editora, 2003.

MELLO, S.L. **Estatuto da criança e do adolescente: é possível torná-lo uma realidade psicológica?** Psicologia USP vol.10 n.2 São Paulo, 1999.

TIBA, Içami. **Disciplina, Limite na medida certa.** 41 ed. São Paulo: Gente, 1996. 240p.

_____. **Quem ama, educa.** 2 ed. São Paulo: Gente, 2002.

WAGNER, A.; RIBEIRO, L.S.; ARTECHE, A.X.; BORNHOLDT, E.A. **Configuração familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes.** Psicologia: Reflexão e Crítica v.12 n.1 Porto Alegre, 1999.